

AQUINO JÚNIOR, Francisco de. *O caráter prático-social da teologia: tópicos de epistemologia teológica*. São Paulo: Loyola, 2017.

Francisco de Aquino Júnior é doutor em teologia pela Westfälische Wilhelms-Universität Münster na Alemanha, professor de teologia na Faculdade Católica de Fortaleza (FCF) e na Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP). Presbítero da Diocese de Limoeiro do Norte no Ceará, é membro de corpo editorial dos periódicos: Revista Eclesiástica Brasileira (REB), da Perspectiva Teológica (FAJE) e da Kairós (Instituto teológico-pastoral do Ceará). Suas recentes publicações se interessam pela filosofia e teologia latino-americanas, e pela epistemologia teológica.

Neste arco de referências se insere a obra analisada. Ela reúne artigos publicados pelo autor entre 2011 e 2014 e que tratam do caráter prático-social da teologia numa perspectiva epistemológica. Assim, a obra busca explicitar os pressupostos fundamentais do fazer teórico-teológico enquanto tal insistindo no seu caráter prático. Para tal, o autor divide a obra em seis capítulos: O Concílio Vaticano II e o método teológico (1), o reinado de Deus como assunto da teologia cristã (2), o caráter prático da teologia (3), seu caráter e lugar social (4 e 5) e, ligado a isso, a relação entre teologia e ciências sociais (6).

Antonio González, diretor de estudos e publicações da Fundación Xavier Zubiri de Madrid, prefacia a obra refletindo sobre a relação entre Teologia e práxis, dilema de fundo do livro. Práxis não é mero movimento corporal, mas é vida humana, constitui “a fibra mais íntima do que somos” (p. 11). Por isso, a práxis não é da ordem de uma “teologia segunda”. Tão pouco é uma simples “aplicação prática” da teologia. Ela implica reconhecer o acontecer de Deus, “o surgir que não surge”, o “In-surgente” e, portanto, “Ato Puro”. Ato de reinar diretamente que surge em Jesus para “viver humanamente e tirar os homens de suas vãs pretensões de autojustificação (p. 13)”.

Na introdução o autor afirma o caráter epistemológico do livro. Seu interesse é tratar dos problemas relativos ao conhecimento teológico e seus

pressupostos fundamentais. Por isso, o autor distingue entre *método concreto* e *método fundamental*. O primeiro, trata dos momentos e passos na elaboração de uma teoria teológica, o segundo busca entender os princípios fundamentais do conhecimento teológico que o “subjaz, condiciona e o determina positiva ou negativamente” (p 16). A obra se confronta com o segundo. Ela o faz a partir da filosofia de Xavier Zubiri e Ignacio de Ellacuría.

Tudo isso é um esforço para superar o dualismo entre sentido e inteligência e, em suma, entre Teoria e Práxis. Aqui se percebe a dupla pretensão da obra: (1) explicitar o caráter prático-social da teologia e (2) insistir na preocupação e orientação prático-social da mesma. Com a primeira se quer mostrar que a práxis perpassa todo o fazer teológico. Com a segunda, se pretende combater as pretensões “intelectualistas” que rompem com a práxis e sua efetivação histórica. “A teologia é *momento* da práxis teológica” (p. 17) e é só assumindo isso consciente e conseqüentemente que a teologia será mais consistente no nível teórico e relevante historicamente.

Neste intuito, o primeiro capítulo intitulado *Concílio Vaticano II e método teológico: esboço fundamental* perscruta indicações de um método conciliar em vários documentos do concílio. O principal deles é o decreto *Optatum Totius* (OT), especialmente o n. 16 que trata da renovação dos estudos eclesiais. Além deste, são analisados os decretos *Presbyterorum Ordinis* (PO), *Unitatis Redintegratio* (UR), *Christus Dominus* (CD), *Ad Gentes* (AG), além das constituições *Dei Verbum* (DV), *Gaudium et Spes* (GS) e a *Sacrosanctum Concilium* (SC). Na teologia concreta destes documentos buscar-se-á o método do concílio.

A partir deles, se percebe o “caráter amplo e aberto do Método Conciliar” (p. 24). Num esboço de sistematização o autor elenca três marcos fundamentais deste método: (1) a história da salvação, (2) as fontes da Revelação e o (3) caráter pastoral. Eles constituem a novidade do método do Vaticano II em sua preocupação mais prática, pastoral e de volta às fontes. Contudo, o contexto do concílio revela os limites de seu método: transforma a teologia em pura hermenêutica reduzindo seu caráter prático e ignorando o lugar social da teologia em sua abertura ao mundo. Superar estes limites constitui verdadeira fidelidade criativa ao método conciliar (p. 29).

Com este propósito *o reinado de Deus como assunto da teologia cristã* será o tema do segundo capítulo. Uma vez que o “processo de conhecimento está em grande parte condicionado pela realidade a ser conhecida” (p. 33) é preciso determinar esta realidade. Isto que o autor chama de “âmbito da realidade” é o assunto da teologia cristã. A problemática consiste em determiná-lo. Ora, a expressão Teo-logia mostra que Deus é o assunto da teologia. Porém, o acesso a Ele dá-se sempre ligado a um evento histórico. Para os cristãos, este acontecimento é a práxis de Jesus de Nazaré.

A partir desta práxis pode-se discernir a ação de Deus na história. Ela indica e delimita as fronteiras do assunto da teologia. A adequada formulação deste assunto passa, portanto, pela práxis de Jesus, e esta tem a ver com o *reinado de Deus*. Logo, a teologia deve tratar do reinado de Deus. Esta formulação mostra-se adequada uma vez que assume a práxis de Jesus, o caráter histórico-prático e eclesial de forma englobante e totalizadora permitindo expressar a unidade plural da teologia. Além disso, é critério objetivo de verificação histórica. Em oposição a Clodovis Boff, o autor defende que a teologia não nasce das afirmações positivas da fé, mas da realidade do reinado de Deus e do comprometimento com sua efetivação (p. 48).

Se o reinado de Deus se refere a uma práxis concreta é preciso analisar agora o *caráter prático da teologia*. Este é o tema do terceiro capítulo. Aqui o autor aborda a práxis como momento constitutivo e determinante do conhecimento teológico (p. 53). Emerge assim, a problemática teoria-práxis. Esta não é pensada aqui em termos de relação entre duas realidades já constituídas e, portanto, por vínculo externo. Ambas se constituem em *respectividade* na qual a teoria é um *momento* da práxis e esta possui como *uma de suas notas* fundamentais a teoria. Há, portanto, um vínculo interno: a teoria é o momento consciente e reflexo da práxis. Neste horizonte tem lugar a teologia.

Esta problemática ganhou diferentes matizes em sua história. Porém, o problema é mais pressuposto do que tematizado. Dentre as tentativas de elaboração destacam-se a de Clodovis Boff e Ignacio de Ellacuría. Boff insiste que a práxis não é mediação teórica, já Ellacuría afirma a teoria teológica com momento da práxis teológica. O autor endossa a posição do segundo, uma vez que o próprio assunto da teologia, sua atividade intelectual, seu caráter interessado e seu processo de verificação são condicionados pela práxis teológica. Assim, a teologia é um *momento da práxis* e um *momento prático* (p. 69).

O quarto capítulo trata de uma implicação do caráter prático: o *caráter social da teologia*. Assim, embora não se reduza a ele, toda teologia tem uma dimensão social. Isso porque a vida humana é social. O problema consiste em saber se é o indivíduo que determina a sociedade ou vice-versa. Respectivamente, estas são as abordagens individualista e objetivista. Contra elas, defende-se uma abordagem dimensional. Com Zubiri, o autor defende que o social é constitutivo da vida humana no nível biológico e no processo de humanização. O social sob certo aspecto constitui e mensura a vida do homem. A teologia é social porque a própria inteligência humana é social.

A inteligência é um momento da vida humana, entende realidades sociais, e se dá sempre socialmente em referência ao contexto e às possibilidades teóricas disponíveis pelo social. Neste sentido, o caráter social da teologia dá-se pela própria realidade de seu assunto, o reinado de Deus enquanto se dá na história. Por este motivo ela é uma atividade

interessada, correspondendo ou não a determinados interesses sociais. Mais: ela se dá em uma comunidade eclesial/institucional, escolhendo determinadas possibilidades teóricas e assumindo um caráter conflitivo. Porém, isto não diminui seu rigor e qualidade teórica.

Mas não basta afirmar abstratamente o caráter social da teologia, é preciso delimitar concretamente *o seu lugar social*. A isto será dedicado o quinto capítulo. Este começa explicitando os sentidos da expressão “lugar social”. Esta refere-se tanto a um espaço físico-geográfico, a uma posição ou situação social e a um ponto de vista intelectual. Todos são determinados socialmente e revelam o caráter desigual das relações de poder que os configura (p. 102). Aqui emerge a problemática do lugar social da teologia e a necessidade de explicitar o lugar que ela *vem ocupando* (determinação histórica) e o lugar que ela *deve ocupar* (determinação teológica). O autor aborda esta última.

Uma vez que a teologia trata da práxis de Jesus deve-se examinar se ela pode assumir “qualquer” lugar social. A Teologia da Libertação reconhece este lugar fundamental da teologia no mundo dos pobres e oprimidos. Através das Escrituras, vê-se que este mundo é o lugar privilegiado de acesso ao reinado de Deus. É aí que a salvação se deixa apreender e é a estes que ela se destina primeiramente. Não obstante, o mundo dos pobres e oprimidos é lugar de verificação e historicização da teologia e critério que quebra toda ideologização desta. Lugar social, adverte o autor, distingue-se de “lugar teológico”. É menos uma referência textual e mais um “para onde”, e um “a quem” serve a teologia (p. 113).

O lugar social não é uma questão secundária e opcional. Por isso, o sexto capítulo explicita a relação entre *teologia e ciências sociais* que é fundamental para esta questão. A partir da teologia da América Latina, o autor discute duas posições sobre esta relação. A primeira é defendida por Gustavo Gutiérrez e Clodovis Boff e posiciona as ciências sociais num momento de compreensão da realidade. Estas ciências não constituem o fazer propriamente teológico, mas sim, um momento pré-teológico. A segunda posição, afirma as ciências sociais no interior da reflexão teológica. Dois nomes se destacam aqui: Juan Luiz Segundo e Ignacio de Ellacuría.

J. L. Segundo insiste no papel destas ciências para a “libertação da teologia” mantendo viva a *suspeita ideológica* na teologia num diálogo com as ciências do passado e com as Escrituras, ou seja, num *Círculo Hermenêutico*. Ellacuría acentua a tarefa destas ciências na determinação do lugar social da teologia em seu processo de (des)ideologização (p. 133). Assim, os autores são complementares. As ciências sociais e teologia se relacionam no conhecimento da realidade, no próprio assunto da teologia (reinado de Deus), em seu caráter social e por fim, em seu processo de libertação. Neste sentido, elas são mediações necessárias e constitutivas, mas não suficientes do fazer teológico.

Assim, numa linguagem clara e vigorosa o autor traz importantes aspectos para se compreender a temática Teologia-Práxis. Ele aponta para

além de uma mediação puramente externa e abstrata insistindo no caráter concreto da atividade teológica. Isso, porém, não diminui seu rigor. Ao contrário a tornam mais “consciente e consequente”, “consistente e relevante”. A sequência da argumentação do livro impele à teologia e aos teólogos que assumam mais decididamente sua “responsabilidade epistêmica”. E fica claro que esta é, antes de tudo, uma *responsabilidade praxica*.

Quanto a metodologia, o livro segue e possui uma lógica clara e explícita. A argumentação é deveras concisa em alguns pontos, o que torna fundamental o recurso às notas de rodapé. Fundamental num trabalho epistemológico, percebe-se que o autor explicita bem seus pressupostos e referências que endossa ao passo que também elenca e discute com as que não concorda. Quanto a estrutura do livro, faz falta a lista bibliográfica detalhada no final da obra, bem como uma conclusão geral. Alguns capítulos (2, 3, 4 e 5) possuem conclusões parciais que não dão conta de explicitar os resultados da pesquisa e de articulá-los com as duas pretensões elencadas na introdução.

A leitura do capítulo primeiro instiga a pensar como os documentos do Magistério Latino-Americano desenvolveram o método conciliar e quais traços metodológicos podem ser deles retirados. Estes documentos são mencionados rapidamente no último capítulo (p. 121), porém, não são analisados explicitamente. Na análise do reinado de Deus como assunto da teologia a dimensão pneumatológica parece obnubilada. Chega-se até a mencionar alguns fecundos desenvolvimentos nas áreas da cristologia, teologia, eclesiologia, etc. (p. 46), porém não se explicita nenhum desenvolvimento pneumatológico.

Dito isto, o livro analisado é importante para o campo da epistemologia teológica e para a teologia em geral. Suas contribuições mostram que o fazer teológico enquanto tal não é de todo evidente. Por isso, é preciso sempre explicitar seus pressupostos teóricos que são, em última instância, reflexo de uma práxis e de um lugar social. A obra, assim se torna um interessante contraponto para epistemologias teológicas já consagradas. Como, por exemplo, a de Clodovis Boff. Desta tensão um frutífero diálogo pode se desenvolver. Por fim, a obra serve também de autêntica introdução ao método teológico mostrando que a teologia, antes de ser assimilação dos conteúdos, reflete “consciente e consequentemente” uma práxis cristã.

Lázaro Teixeira Trindade

Programa de Iniciação Científica – Bolsista FAJE